

Sumário

Apresentação da Segunda Edição	VII
Introdução	1
Capítulo 1 – Autonomia Pessoal	7
1.1. Modelo da Autonomia Tradicional.....	9
1.2. Modelo da Autonomia Relacional.....	14
1.3. Modelo da Autonomia como Promoção.....	21
1.4. Autonomia pessoal sob a perspectiva do referencial dos Direitos Humanos.....	24
1.4.1. A autonomia pessoal nos tratados de direitos humanos.....	24
1.4.2. Jurisprudência internacional em direitos humanos sobre autonomia.....	26
1.5. A proteção de adultos vulneráveis à luz do modelo da autonomia como promoção.....	38
Capítulo 2 – Capacidade Jurídica e Capacidade Mental	47
2.1. Capacidade jurídica: Capacidade Legal e Agência Legal.....	49
2.2. Capacidade mental.....	55
2.2.1. Conceito de capacidade mental.....	56
2.2.2. Capacidade Mental sob a visão do modelo da autonomia como promoção.....	60
2.2.3. Capacidade Mental e Autonomia Pessoal.....	62
2.3. Avaliação da Capacidade Mental.....	64
2.3.1. Abordagens da avaliação da capacidade mental.....	65
2.3.2. Testes utilizados na Avaliação da Capacidade Mental.....	68
2.3.3. Requisitos dos testes de avaliação da capacidade mental.....	71
2.3.4. A Avaliação da Capacidade Mental à luz do modelo da autonomia como promoção.....	74
2.3.5. O avaliador da capacidade mental.....	78
2.4. Capacidade Mental nos Cuidados em Saúde.....	80

2.4.1. Capacidade Decisional do Paciente	80
2.4.2. Avaliação da Capacidade Decisional nos cuidados em saúde	85
2.4.3. Capacidade do Paciente Adolescente	88
2.5. Modelo Legal de Capacidade Jurídica do Brasil.....	94
2.6. Modelo Legal de Capacidade da Inglaterra e do País de Gales.....	99
2.6.1 Aspectos Centrais da LCM	100
2.6.2. A Avaliação da Capacidade Mental consoante a LMC.....	103
2.6.3. O critério dos melhores interesses.....	104
2.6.4. Lasting Power of Attorney e o Deputy.....	105
2.6.5. O papel do Poder Judiciário no regime britânico de capacidades	106
2.6.6. Aspectos críticos referentes à LCM	107
Capítulo 3 – Regime da Capacidade Jurídica sob a Ótica do	
Referencial dos Direitos Humanos	111
3.1. Fatores explicativos da mudança de paradigma do regime das capacidades	113
3.1.1. Capacidade jurídica como expressão da dignidade humana	114
3.1.2. Declaração de incapacidade jurídica e o etiquetamento dos indivíduos.....	116
3.2. Concepção de capacidade jurídica à luz do referencial dos Direitos Humanos	119
3.3. O critério da vontade e preferências e o critério dos melhores interesses.....	125
3.3.1. Critério dos melhores interesses.....	126
3.3.2. Critério da vontade e preferências	128
3.3.3. Critério da vontade e preferências como o norteador do Regime da Capacidade Jurídica baseada no referencial dos Direitos Humanos	130
3.4. Abordagem da Tomada de Decisão Apoiada e a Abordagem da Tomada de Decisão Substituta	131
3.4.1. Abordagem da Tomada de Decisão Substituta.....	133
3.4.2. Abordagem da Tomada de Decisão Apoiada.....	134
3.5. Mecanismos de Tomada de Decisão Substituta à luz do referencial dos Direitos Humanos	138

3.6. Teoria do Status para Tomada de Decisão	141
Capítulo 4 – Tomada de Decisão Apoiada	145
4.1. Tomada de Decisão Apoiada: aspectos gerais.....	147
4.2. Tomada de Decisão Apoiada em Saúde Mental	153
4.3. Tomada de Decisão Apoiada de Pessoas Idosas.....	155
4.4. Tomada de Decisão Apoiada em ambientes educacionais	158
4.4.1. A incorporação do diálogo sobre a Tomada de Decisão Apoiada no ambiente escolar.....	158
4.5. Apoios de Tomada de Decisão nos Cuidados em Saúde.....	161
4.6. Mecanismos de Apoio de Tomada de Decisão.....	163
4.6.1. Mecanismos Comunitários.....	165
4.6.1.1. Ombudsman Pessoal – Suécia.....	165
4.6.1.2. Diálogo Aberto - Finlândia	167
4.6.1.3. Advocacy Independente – Escócia	168
4.6.1.4. Apoio de Pares – Estados Unidos.....	169
4.6.1.5. Círculos de Suporte – Reino Unido	171
4.6.2. Mecanismos Formais de Apoios de Tomada de Decisão	172
4.6.2.1. Decisor Substituto Formal	172
4.6.2.2. Acordos de Tomada de Decisão Apoiada	174
4.6.2.3. Planos Antecipados	175
4.7. A prevenção da exploração e do abuso por parte dos apoiadores.....	176
4.8. Experiências legislativas sobre Tomada de Decisão Apoiada	177
4.8.1. Espanha	177
4.8.2. Peru	178
4.8.3. Colômbia	179
4.8.4. Argentina	179
4.9. Quadro-síntese das distinções entre a Tomada de Decisão Apoiada e a Curatela	180
Capítulo 5 – Revisão do Modelo Brasileiro de Capacidade Jurídica à Luz dos Direitos Humanos	181
5.1. O insucesso do Direito Civil constitucionalizado no campo do regime da capacidade jurídica	184

5.2. A revisão das terminologias empregadas no Código Civil e no Código de Processo Civil à luz do novo paradigma do regime da capacidade jurídica	188
5.3. A ausência de critérios baseados em evidência científica para a determinação da incapacidade no Brasil.....	192
5.3.1. A confusão entre as concepções de capacidade mental e as de deficiência mental e intelectual, o transtorno mental e o discernimento	192
5.3.2. O uso do critério discernimento	197
5.3.3. O critério adotado pelo Código de Processo Civil: “incapacidade para praticar atos da vida civil”	199
5.4. Abolição da abordagem baseada no status	200
5.5. Substituição da referência aos atos da vida civil pelo critério da decisão específica	206
5.6. A Abordagem da Tomada de Decisão Apoiada como novo paradigma do Modelo Brasileiro de Capacidade Jurídica	208
5.6.1. Distinção entre a Abordagem da Tomada de Decisão Apoiada e a tomada de decisão apoiada prevista no Código Civil.....	211
5.6.2. Abolição da incapacidade absoluta e relativa.....	216
5.6.3. Adoção do critério da vontade e preferências	218
5.7. Capacidade mental aferida por meio da avaliação baseada na abordagem funcional	219
5.8. Novo Modelo Legal de Capacidade Jurídica: extinção da interdição civil, a curatela como mecanismo residual e os apoio para tomada de decisão	226
5.8.1. Extinção da interdição civil	226
5.8.2. Decisor Substituto Formal.....	228
5.8.3. Diretivas Antecipadas	229
5.8.4. Curatela reconfigurada como mecanismo residual	230
Capítulo 6 – Novo Modelo Legal Brasileiro de Capacidade Jurídica	235
6.1. Novos Modelos Legais de Capacidade Jurídica	241
6.1.1. Irlanda	241
6.1.2. Áustria	246

6.1.3. Texas, Dakota do Norte, Rod Island, Nevada, Indiana, Wisconsin, Delaware – Estados Unidos.....	250
6.2. Diretrizes Internacionais referentes à Guardianship ou Curatela.....	257
6.2.1. Declaração de Yokohama da Rede Internacional de Guardianship	257
6.2.2. Convenção da Haia sobre Proteção Internacional de Adultos	259
6.3. Estado da Arte da Capacidade Jurídica no Brasil	260
6.3.1. Panorama da interdição e dos mecanismos de monitoramento da curatela no Brasil.....	261
6.3.2. O Projeto de Lei nº 757, de 2015, e de seu substitutivo	268
6.4. Elementos de justificativa para o novo Modelo Legal de Capacidade Jurídica para o Brasil	273
6.4.1. Novos paradigmas para o ordenamento jurídico brasileiro: habilidade decisional e task and decision specific	275
6.4.2. Supressão da declaração de incapacidade legal	276
6.4.3. A previsão legal da Pirâmide dos Mecanismos de Tomada de Decisão.....	277
6.4.4. Proposição da Avaliação da Capacidade Decisional para o Brasil.....	283
Considerações Finais.....	289
Referências	295